



# CPFL Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 08.439.659/0001-50  
www.grupocpfl.com.br

CPRE  
B3 LISTED NM

IBOVESPA B3

IBRX B3

IEE B3

ISE B3

ICO2 B3

ICG B3

ITAG B3

IDIV B3

## Relatório da Administração

### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2024 foi marcado por uma melhor performance de nossos parques eólicos em relação a 2023. Nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado, de 94,7%, e contribuiu para o resultado do ano, e a geração eólica cresceu 1,8%. Apesar do impacto nas condições estruturais do sistema obrigaram o ONS a restringir a geração de parques eólicos, o que afetou a energia gerada no ano. O portfólio da CPFL Renováveis é de 2.878 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 2 UHEs (830 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 46 PCHs e CGHs (472 MW), 4 usinas termelétricas a biomassa (185 MW) e 1 usina solar (1 MW). Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um pipeline de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e finalizamos a PCH Lucia Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação comercial em janeiro de 2025.

### 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**Recita operacional:** a recita operacional bruta foi de R\$ 3.892 milhões em 2024, representando uma redução de 0,2% (R\$ 9 milhões). As deduções da recita operacional foram de R\$ 261 milhões em 2024, redução de 0,4% (R\$ 1 milhão). A recita operacional líquida foi de R\$ 3.631 milhões em 2024, uma redução de 0,2% (R\$ 8 milhões). **Geração operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA foi de R\$ 2.452 milhões em 2024, representando uma redução de 10,6% (R\$ 290 milhões), principalmente devido ao aumento de 37,9% (R\$ 199 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada), conforme abaixo: **✓** Aumento de 1,6% (R\$ 2 milhões) nas despesas com pessoal; **✓** Redução de 25,4% (R\$ 0,6 milhão) nas despesas com entidade de previdência privada; **✓** Redução de 18,1% (R\$ 8 milhões) nas despesas com material; **✓** Aumento de 5,8% (R\$ 15 milhões) nas despesas com serviços de terceiros; e **✓** Aumento de 241,4% (R\$ 190 milhão) em outros custos/despesas operacionais. A queda ainda é explicada pelos seguintes fatores: (i) o aumento de 20,1% (R\$ 7 milhões) no custo com energia elétrica e encargos; (ii) a redução de 0,2% (R\$ 8 milhões) na recita líquida. Por outro lado, a equivalência patrimonial apresentou aumento de R\$ 8 milhões, o que compensou parcialmente os efeitos anteriores.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA*			
	2024	2023	
<b>Lucro Líquido</b>	<b>1.204.298</b>	<b>1.382.380</b>	
Depreciação e Amortização	690.197	670.541	
Amortização Mais Valia de Ativos	62	62	
Resultado Financeiro	247.468	433.297	
Contribuição Social	85.280	73.476	
Imposto de Renda	224.862	182.104	
<b>EBITDA*</b>	<b>2.452.169</b>	<b>2.741.860</b>	

\*Conforme Resolução CVM nº 156/22  
**Lucro líquido:** a CPFL Renováveis apurou lucro líquido de R\$ 1.204 milhões em 2024, representando uma redução de 12,9% (R\$ 178 milhões), refletindo: (i) a redução de 10,6% (R\$ 290 milhões) no EBITDA; (ii) o aumento de 21,3% (R\$ 56 milhões) nas contas de imposto de renda e contribuição social; (iii) o aumento de 2,9% (R\$ 20 milhões) na depreciação e amortização. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 42,9% (R\$ 186 milhões) nas despesas financeiras líquidas. **Endividamento:** no final de 2024, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Renováveis atingiu R\$ 3.238 milhões, uma redução de 17,4%.

### 5. INVESTIMENTOS

Em 2024, foram investidos R\$ 350 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e manutenção de usinas e parques eólicos.

### 6. ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

A CPFL Renováveis desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir. **Plano ESG 2030:** aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções Resilientes e Inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra atualmente em 24 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 4, 11, 17, 22, 23 e adicionado o 24, em janeiro de 2025. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> **✓** Estratégia de Sustentabilidade **✓** Plano ESG 2030. **Plataforma de Sustentabilidade:** ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030. **Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa, controlar e controlar os impactos e resultados comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> **✓** Estratégia de Sustentabilidade **✓** Mudanças Climáticas. **Sistema de Gestão e Desenvolvimento do Ética (SGDE):** o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios,

sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente e um processo robusto de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2024, temos como principal destaque a ampliação do escopo da certificação ISO 37001 para Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção, o que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Temos ainda a atualização da matriz de riscos de Compliance, aplicação da segunda edição da pesquisa de maturidade do programa de integridade, desenvolvemos e implementamos o procedimento de doações e atualizamos e robustecemos o procedimento de conflito de interesses. O Programa contou ainda com um robusto plano de treinamentos para 2024 atingindo principalmente o público operacional, bem como treinamentos conduzidos em parceria com CPFL+Diversa e CIPA. Em 2024 tivemos a celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Santos/SP com a presença do jornalista esportivo Felipe Andreoli e um treinamento focado para liderança ministrado pelo professor doutor Alexandre Di Miceli. Contamos também com o lançamento da campanha de comunicação "integridade é prioridade" e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Política Anticorrupção", "Assédio moral e tratamento desrespeitoso", "Assédio sexual e importunação sexual" e "Relacionamento com agentes público e boas práticas em ato eleitoral", além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*. **Relacionamento com a Comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Renováveis atua, em 2024 destacam-se: (i) **CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, através de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo, beneficiando 1.311 crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; (ii) **CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhoria na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 43 mil pessoas; (iii) **CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital - alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo o diálogo entre os dois países. Ao todo, a frente impacto 835 mil espectadores; (iv) **Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando mais de 3 mil espectadores; (v) **Café Filosófico CPFL (programação digital - alcance nacional):** realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Ribeirão Preto. Ao todo, ao longo de 2024, foram 153 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no YouTube e 23 milhões de visualizações em ações digitais. **Gestão de Recursos Humanos:** em 2024, treinamos 727 colaboradores. Foram 22 mil horas treinadas. Também tivemos o treinamento para a comunidade, com Escola Indígena para formação de eletricitista auxiliar de manutenção. Teve 1 turma, 21 participantes, 19 aprovados e 10 contratados.

### 7. AUDITORES INDEPENDENTES

A PricewaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a PwC revisou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza	
Asseguração de covenants financeiros	
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	
Revisão da ECD Contábil do ano calendário	
Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano	

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros pontos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

### 8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua pela confiança depositada na Companhia no ano de 2024. Agradecemos, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

**A Administração**  
Para mais informações sobre o desempenho desta empresa do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri/](http://www.cpfl.com.br/ri/).

### Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Recita operacional líquida</b>	25	<b>1.610.231</b>	<b>1.732.711</b>	<b>3.631.444</b>	<b>3.639.600</b>
<b>Custo com serviços</b>					
<b>Custo com energia elétrica</b>	26	<b>(192.833)</b>	<b>(141.297)</b>	<b>(444.666)</b>	<b>(370.224)</b>
<b>Custo com operação</b>		<b>(207.329)</b>	<b>(200.820)</b>	<b>(857.578)</b>	<b>(823.002)</b>
Depreciação e amortização		(141.818)	(136.672)	(511.677)	(488.155)
Outros custos com operação	27	(65.511)	(64.148)	(345.901)	(334.847)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>1.210.069</b>	<b>1.390.594</b>	<b>2.329.200</b>	<b>2.446.374</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(25)</b>	<b>343</b>	<b>(204)</b>	<b>(178)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27	(25)	388	(204)	(132)
Outras despesas com vendas			(45)		(46)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(103.200)</b>	<b>(45.664)</b>	<b>(249.688)</b>	<b>(235.401)</b>
Depreciação e amortização		(9.393)	(6.213)	(10.951)	(14.009)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(93.807)	(39.451)	(238.737)	(221.392)
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(67.176)</b>	<b>(57.830)</b>	<b>(306.599)</b>	<b>(137.048)</b>
Amortização de intangível de concessão		(64.431)	(64.431)	(167.569)	(168.377)
Outras despesas operacionais	27	(2.745)	6.601	(139.030)	31.329
<b>Resultado do serviço</b>		<b>1.039.668</b>	<b>1.287.443</b>	<b>1.772.709</b>	<b>2.073.747</b>
Resultado de participações societárias	9	724.583	690.845	(10.800)	(2.940)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(309.589)</b>	<b>(436.100)</b>	<b>(247.468)</b>	<b>(433.297)</b>
Receitas financeiras	28	47.612	48.325	164.669	144.585
Despesas financeiras	28	(357.201)	(484.425)	(412.137)	(577.882)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>1.454.662</b>	<b>1.542.188</b>	<b>1.514.441</b>	<b>1.637.960</b>
Contribuição social	9	(69.705)	(48.124)	(85.280)	(73.476)
Imposto de renda	9	(201.969)	(134.040)	(224.862)	(182.104)
		<b>(271.674)</b>	<b>(182.164)</b>	<b>(310.142)</b>	<b>(255.580)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.182.988</b>	<b>1.360.024</b>	<b>1.204.299</b>	<b>1.382.380</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				1.182.988	1.360.024
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				21.311	22.356
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores				1,99	2,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração do Resultado Abrangente

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>					
<b>Outros resultados abrangentes</b>					
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>					
- Ganhos atuariais, líquidos dos efeitos tributários		3.466	2.384	3.466	2.384
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>1.186.454</b>	<b>1.362.408</b>	<b>1.207.765</b>	<b>1.384.764</b>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores				1.186.454	1.362.408
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores				21.311	22.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>1.454.662</b>	<b>1.542.188</b>	<b>1.514.441</b>	<b>1.637.960</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	215.642	207.316	690.197	670.541
Provisões (reversões) para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.552	(358)	38.859	25.884
Provisão (reversões) para créditos de liquidação duvidosa	25	(388)	206	132
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	314.836	457.437	350.863	490.434
Despesa com entidade de previdência privada	1.819	1.671	1.819	2.438
Resultado de participações societárias	(724.583)	(690.845)	10.800	2.490
Perda (ganho) na baixa de ativo não circulante	—	(6.769)	138.343	(31.875)
Outros	(7.126)	(10.145)	—	—
<b>1.256.827</b>	<b>1.500.106</b>	<b>2.745.528</b>	<b>2.798.005</b>	

**Redução (aumento) nos ativos operacionais**  
Consumos, concessões e permissões 3.894 26.167 29.512 8.602  
Dividendos recebidos 1.260.337 965.226 7.516 5.001  
Tributos a compensar (104.817) (25.185) (29.171) (5.524)  
Depósitos judiciais 41 323 250 (2.760)  
Adiantamento de fornecedores — 1.034 8.636 (3.712)  
Outros ativos operacionais 17.153 (18.656) (34.358) 55.213  
**Aumento (redução) nos passivos operacionais**  
Fornecedores 19.938 9.110 (44.744) 34.343  
Outros tributos e contribuições sociais 70.347 109.278 27.617 126.960  
Outros obrigações com entidade de previdência privada (8.253) (15.971) (11.585) (5.579)  
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos (502) (867) (113.740) (55.827)  
Adiantamento de clientes 96.381 (39.266) 62.817 46.859  
Outros passivos operacionais (749) 52.444 52.595 40.639  
**Caixa líquido gerado pelas operações** **2.610.597** **2.563.744** **2.700.873** **3.042.220**  
Encargos de dívidas e debêntures pagos (50.200) (39.959) (68.947) (61.772)  
Imposto de renda e contribuição social pagos (245.488) (368.997) (365.233) (506.787)  
**Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** **2.314.909** **2.154.787** **2.266.693** **2.473.661**  
**Atividades de investimentos**  
Redução de capital em subsidiárias — 176.000 (480) —  
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária 5.950 — (38.597) (421.686)  
Aquisições de imobilizado (69.337) (96.828) (338.597) (421.686)  
Títulos e valores mobiliários, caucões e depósitos vinculados (aplicações) (8.941) (31.889) (255.341) (51.624)  
Adições de intangível (10.240) (1.329) (11.357) (4.357)  
Adiantamento para futuro aumento de capital (175.000) (128.500) — —  
Mútuos concedidos a controladas e coligadas — (6.097) — —  
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas 7.442 42.624 — —  
**Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos** **(224.244)** **(44.890)** **(491.413)** **(412.696)**  
**Atividades de financiamento**  
Aumento (Redução) de Capital — (1.400.000) — (1.404.000)  
Captação de empréstimos e debêntures 192.000 270.000 192.000 270.000  
Amortização de principal de empréstimos e debêntures (389.117) (267.255) (404.223) (335.062)  
Liquidação de operações de derivativos (17.742) (35.338) (17.742) (35.338)  
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos (1.074.946) (597.812) (1.093.972) (619.762)  
Captações de mútuos com controladas e coligadas — — — 59.443  
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas (764.893) (87.865) (826.160) (26.853)  
**Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento** **(2.054.698)** **(2.120.270)** **(2,022.181)** **(2,091.572)**  
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa 35.970 (8.380) (246.901) (30.606)  
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa 96.937 105.317 474.765 505.371  
**Saldo final de caixa e equivalentes de caixa** **132.907** **96.937** **227.864** **474.765**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
<b>Circulante</b>						<b>Fornecedores</b>	15	94.181	74.216	214.047	231.978
Caixa e equivalentes de caixa	5	132.907	96.937	227.864	474.765	Empréstimos e financiamentos	16	117.784	379.312	133.727	394.951
Títulos e valores mobiliários	6	14.949	31.889	343.417	208.473	Debêntures	17	3.386	825	3.386	825
Consumidores, concessionárias e permissórias	7	205.679	206.500	444.081	480.471	Entidade de previdência privada	18	5.706	8.503	5.706	8.503
Dividendos	12	7.136	75.320	—	7.517	Taxas regulamentares	64.013	58.185	64.596	58.877	
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	9.072	11.770	19.449	27.461	Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	127.368	176.990	156.472	212.741
Outros tributos a compensar	8	48.803	35.095								





CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

PCH Holding e Turbina 16 visando uma melhor gestão de custos da Companhia. (b) Refere-se ao grupo de empresas que passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis devido a incorporação das subholdings Dobrevê, PCH Holding e Turbina 16. (c) Refere-se à participação no empreendimento BAESA controlado em conjunto registrado pelo método de equivalência patrimonial. Desta forma, para 31 de dezembro de 2024 o empreendimento apresentou os seguintes saldos: Ativo total: R\$ 1.040.810, Capital social: R\$ 398.381, Patrimônio líquido: R\$ 411.436 e Resultado líquido: (R\$ 42.939). (d) Refere-se à participação na Controlada LUDESA, registrada pelo método de equivalência patrimonial. Desta forma, para 31 de dezembro de 2024 o empreendimento apresentou os seguintes saldos: Ativo total: R\$ 92.333, Capital social: R\$ 54.521, Patrimônio líquido: R\$ 36.296 e Resultado líquido: (R\$ 52.176).

**12.1.2 Provisão para patrimônio líquido negativo em controladas e coligadas:**

	Participação no Capital %	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
		2024	2023	2024	2023
Bio Burti	100,00%	(15.702)	-	2.347	-
Bio Pedra	100,00%	(52.116)	-	(113.036)	-
<b>Subtotal</b>		<b>(67.818)</b>	-	<b>(110.689)</b>	-
<b>Total Provisão para patrimônio líquido negativo</b>		<b>(67.818)</b>	-	<b>(110.689)</b>	-

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 86.450 (R\$ 66.268 no ano de 2023) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R2). A movimentação, na controladora dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são:

Investimentos	31/12/2023	Controladora							
		Aumento/Redução de capital	Reestruturação societária	Transferência	Amortização de juros capitalizados	Equivalência Patrimonial	AFAC	Dividendos	31/12/2024
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Alto Irani	29.029	-	-	-	-	64.559	(44.710)	48.878	-
Aiuruoca	-	-	5.325	-	-	-	-	5.325	-
Arvoredo	-	-	76.921	-	-	-	-	76.921	-
Atlântica I	61.315	(4.000)	-	-	14.909	-	(14.974)	57.250	-
Atlântica II	59.920	(7.700)	-	-	14.457	-	(12.697)	53.980	-
Atlântica IV	70.230	(8.300)	-	-	15.013	-	(14.100)	62.842	-
Atlântica V	75.248	(9.500)	-	-	14.706	-	(12.023)	68.431	-
BAESA	113.621	-	-	-	-	(10.737)	-	102.883	-
Baixa Verde	570	-	-	-	(5)	-	-	565	-
Barra da Paciência	-	-	77.580	-	-	-	-	77.580	-
Bio Alvorada	98.288	-	-	-	2.884	-	(639)	100.533	-
Bio Burti	(18.050)	-	-	18.050	-	-	-	-	-
Bio Coopcana	109.554	-	-	-	-	-	-	-	-
Bio Ester	74.505	(5.000)	-	-	29.815	-	(10.000)	89.320	-
Bio Formosa	67.366	-	-	-	3.301	-	(18.270)	52.397	-
Bio Ipe	20.730	-	-	-	(61)	1.788	-	14.760	-
Bio Pedra	121.168	-	(121.168)	-	-	-	-	-	-
Bioenergia	56.367	(9.000)	-	-	16.159	-	(19.318)	44.209	-
Boa Vista 2	152.168	(3.000)	-	-	15.539	-	(14.263)	150.444	-
Cachoieira Grande	148	-	-	-	-	2.011	-	2.159	-
Cajuero	689	-	-	-	(25)	-	(37)	626	-
Campos dos Ventos I	-	-	98.409	-	-	-	-	98.409	-
Campos dos Ventos II	65.172	-	-	-	10.928	-	(4.711)	71.388	-
Campos dos Ventos III	-	-	98.795	-	-	-	-	98.795	-
Campos dos Ventos V	-	-	93.835	-	-	-	-	93.835	-
Cherobim	125.791	188.500	-	-	2.693	115.000	-	431.984	-
Chimay	89.382	-	-	-	17.546	-	(5.000)	101.928	-
Cocais Grande	-	-	25.769	-	-	-	-	25.769	-
Corrente Grande	-	-	70.115	-	-	-	-	70.115	-
Costa Branca	53.517	(6.428)	-	-	7.650	-	(9.327)	45.412	-
Costa das Dunas	82.552	(5.703)	-	-	1.953	-	(6.160)	72.642	-
Desa	-	-	150	-	-	-	-	150	-
Dobrevê	884.246	(55.000)	(833.055)	-	134.040	-	(130.231)	49.618	-
Edíca Paracuru	40.787	(6.000)	-	-	52.235	-	(37.404)	49.618	-
Eurus I	-	-	34.155	-	-	-	-	34.155	-
Eurus III	-	-	35.348	-	-	-	-	35.348	-
Eurus VI	16.170	(6.000)	-	(23)	262	-	(798)	9.611	-
Farol de Touros	61.181	-	-	-	1.013	-	(175)	62.019	-
Figueira Branca	29.233	-	-	-	1.139	-	(2.532)	27.930	-
Figueirópolis	-	-	107.526	-	-	-	-	107.526	-
Gameleira	43.296	(2.500)	-	-	1.196	-	(2.127)	39.865	-
Ludesa	-	-	53.083	-	-	-	-	53.083	-
Jayaditya	10.797	-	-	-	25.896	-	-	36.692	-
Juremas	34.709	(11.221)	-	-	5.011	-	(4.903)	23.595	-
Macacos	46.342	(10.060)	-	-	2.326	-	(4.269)	34.339	-
Mata Velha	-	-	125.978	-	-	-	-	125.978	-
Mohini	15.059	-	-	-	39.303	-	-	54.362	-
Morro dos Ventos I	-	-	57.479	-	-	-	-	57.479	-
Morro dos Ventos II	-	-	58.366	-	-	-	-	58.366	-
Morro dos Ventos III	-	-	42.631	-	-	-	-	42.631	-
Morro dos Ventos IV	-	-	43.592	-	-	-	-	43.592	-
Morro dos Ventos VI	-	-	58.727	-	-	-	-	58.727	-
Morro dos Ventos IX	-	-	52.827	-	-	-	-	52.827	-
Ninho da Águia	-	-	41.066	-	-	-	-	41.066	-
Paol	-	-	65.074	-	-	-	-	65.074	-
Navegantes	144	-	-	-	5	-	-	149	-
Novo Horizonte	-	-	106.987	-	-	-	-	106.987	-
PCH Holding	475.238	(5.000)	(501.531)	-	161.189	-	(129.896)	-	-
Pedra Cheirosa I	132.230	(24.000)	-	-	2.121	-	(751)	109.600	-
Pedra Cheirosa II	110.893	(11.000)	-	-	901	-	(902)	99.893	-
Pedra Preta	51.176	(6.632)	-	-	7.731	-	(8.850)	43.425	-
Plano Alto	21.768	-	-	-	15.166	-	(32.559)	40.374	-
Rosa dos Ventos	49.263	-	-	-	25.238	-	(21.182)	53.319	-
Salto Góes	101.725	(4.000)	-	-	22.192	-	(23.417)	96.500	-
Santa Clara I	64.512	(17.000)	-	(239)	1.081	-	(757)	47.596	-
Santa Clara II	43.265	(15.000)	-	(216)	1.713	-	(948)	28.815	-
Santa Clara III	43.249	(15.000)	-	(186)	2.326	-	(2.952)	27.437	-
Santa Clara IV	45.870	(16.000)	-	(147)	734	-	(1.745)	28.712	-
Santa Clara V	44.999	(16.000)	-	(139)	1.565	-	(2.839)	27.587	-
Santa Clara VI	48.445	(17.000)	-	(111)	(598)	-	(2.098)	28.638	-
Santa Luzia	164.978	(1.000)	-	-	29.759	-	(31.319)	162.418	-
Santa Ursula	-	-	119.698	-	-	-	-	119.698	-
Santa Mônica	-	-	130.259	-	-	-	-	130.259	-
Santo Dimas	-	-	122.714	-	-	-	-	122.714	-
São Benedito	-	-	119.388	-	-	-	-	119.388	-
São Domingos	-	-	110.289	-	-	-	-	110.289	-
São Gonçalo	-	-	44.407	-	-	-	-	44.407	-
São Martinho	-	-	70.011	-	-	-	-	70.011	-
SIIF Cinco	70.943	(3.000)	-	-	37.667	-	(28.197)	77.413	-
Solar I	1.039	-	-	-	179	-	-	1.219	-
Sul Centrais Elétricas	20.063	-	-	-	6.730	-	-	26.793	-
Turbina 16	1.044.600	(50.000)	(976.194)	-	82.207	-	(100.613)	-	-
Turbina 17	52.852	-	-	-	1.522	-	-	54.375	-
Varginha	-	-	37.213	-	-	-	-	37.213	-
Várzea Alegre	-	-	38.643	-	-	-	-	38.643	-
<b>Total</b>	<b>5.278.444</b>	<b>(161.543)</b>	<b>(88.419)</b>	<b>(103.118)</b>	<b>(1.122)</b>	<b>935.169</b>	<b>115.000</b>	<b>(776.209)</b>	<b>5.198.198</b>

Investimentos	31/12/2023	Controladora							
		Aumento/Redução de capital	Reestruturação societária	Transferência	Amortização de juros capitalizados	Equivalência Patrimonial	AFAC	Dividendos	31/12/2024
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Bio Burti	-	-	-	-	(18.050)	-	2.347	-	(15.703)
Bio Pedra	-	-	-	-	121.168	(247)	(113.036)	-	(60.000)
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>103.118</b>	<b>(247)</b>	<b>(110.689)</b>	-	<b>(60.000)</b>

Investimentos	31/12/2022	Aumento/Redução de Capital		Amortização/Resultado de		Dividendos	31/12/2023
		Outros	Capitalização de Juros	equivalência patrimonial	Dividendos		
		2022	2023	2022	2023		
Alto Irani	46.590	-	-	-	39.121	(56.682)	29.029
Atlântica I	70.537	-	-	-	11.505	(20.272)	61.315
Atlântica II	69.340	-	-	-	9.337	(18.757)	59.920
Atlântica IV	80.938	-	-	-	9.969	(20.678)	70.230
Atlântica V	84.362	-	-	-	9.257	(18.371)	75.248
BAESA	127.288	-	-	-	(2.664)	(11.003)	113.621
Baixa Verde	532	-	-	-	38	-	570
Bio Alvorada	98.344	-	-	-	639	(695)	98.288
Bio Burti	43.361	-	-	-	(55.582)	(5.829)	(18.050)
Bio Coopcana	103.352	-	-	-	14.865	(8.463)	109.554
Bio Ester	66.787	-	-	-	25.615	(17.897)	74.505
Bio Formosa	55.273	-	10.145	-	15.796	(13.848)	67.366
Bio Ipe	16.671	-	-	(61)	7.699	(3.578)	20.730
Bio Pedra	62.270	-	(249)	-	71.949	(12.802)	121.168
Bioenergia	56.168	-	-	-	19.477	(19.278)	56.367
Boa Vista 2	140.905	-	-	-	13.263	(2.000)	152.168
Cachoieira Grande	135	-	-	-	13	-	148
Cajuero	664	-	-	-	53	(28)	689
Campos dos Ventos II	71.057	(7.000)	-	-	1.280	(165)	65.172
Chimay	119.677	-	-	-	1.705	(32.000)	89.382
Costa Branca	59.806	82	-	-	7.184	(13.557)	53.517
Costa das Dunas	78.829	-	-	-	8.046	(4.323)	82.552
Dobrevê Energia	985.212	(103.000)	-	-	119.145	(117.111)	884.246
Edíca Paracuru	38.557	-	-	-	40.769	(38.539)	40.787
Eurus VI	15.467	-	-	(23)	798	(72)	16.170
Farol de Touros	58.183	-	-	-	4.102	(1.104)	61.181
Figueira Branca	28.796	-	-	-	2.532	(2.005)	29.233
Gameleira	56.618	(13.000)	-	-	3.740	(4.062)	43.296</

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) "depreciação e amortização de intangível de concessão" para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios, Uso do Bem Público e (ii) "depreciação e amortização" para a amortização de outros ativos intangíveis.

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios: A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado				Taxa de amortização anual	
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
<b>Intangível adquirido não incorporado</b>						
Alto Irani	171.016	(109.260)	61.756	69.900	4,76%	4,76%
Arvoredo	38.086	(24.204)	13.882	15.935	4,60%	4,60%
Atlântica I	469	(159)	310	325	3,13%	3,13%
Atlântica II	469	(158)	310	325	3,12%	3,12%
Atlântica IV	469	(158)	310	325	3,12%	3,12%
Atlântica V	469	(158)	310	325	3,12%	3,12%
Baixa Verde	4.981	–	4.981	4.981	–	–
Barra da Paciência	82.973	(65.064)	17.909	21.490	4,32%	4,32%
Bio Esteta	15.874	(11.552)	4.322	5.945	5,94%	5,94%
Boa Vista 2	74.049	(14.114)	59.936	62.255	3,13%	3,13%
Cajuero	7.823	–	7.823	7.823	–	–
Campo dos Ventos I	3.642	(1.149)	2.492	2.629	3,75%	3,75%
Campo dos Ventos II	5.576	(1.940)	3.637	3.808	3,07%	3,07%
Campo dos Ventos III	3.642	(1.157)	2.484	2.621	3,74%	3,74%
Campo dos Ventos V	3.642	(1.149)	2.492	2.629	3,75%	3,75%
Cocais Grande	29.297	(21.513)	7.784	9.341	5,31%	5,31%
Corrente Grande	48.995	(38.969)	11.026	13.196	4,34%	4,34%
Costa Branca	49.482	(16.325)	33.157	34.675	3,07%	3,07%
Costa das Dunas	5.278	(605)	4.673	4.827	2,93%	2,93%
Eólica Paracuru	223.512	(147.842)	75.669	98.005	5,01%	4,82%
Eurus I	65.603	(21.322)	44.281	46.356	3,16%	3,16%
Eurus III	65.603	(21.322)	44.281	46.356	3,16%	3,16%
Eurus IV	1.311	(494)	817	856	3,02%	3,02%
Fanta Touro	2.436	(269)	2.167	2.242	3,08%	3,08%
Figueira Branca	6.672	(3.501)	3.170	3.511	5,09%	5,09%
Gamelaire	3.248	(323)	2.925	3.022	2,99%	2,99%
Juremas	40.751	(13.479)	27.272	28.526	3,08%	3,08%
Ludesa	132.073	(74.396)	57.677	64.889	5,46%	5,46%
Macacos	53.384	(17.658)	35.726	37.369	3,08%	3,08%
Mata Velha	48.995	(21.513)	27.482	31.489	6,25%	6,25%
Morro dos Ventos I	50.926	(16.967)	33.959	35.620	3,26%	3,24%
Morro dos Ventos II	3.169	(942)	2.227	2.325	3,12%	3,12%
Morro dos Ventos III	50.926	(16.955)	33.971	35.620	3,24%	3,24%
Morro dos Ventos IV	50.926	(16.955)	33.971	35.620	3,24%	3,24%
Morro dos Ventos V	50.926	(16.955)	33.971	35.620	3,24%	3,24%
Morro dos Ventos IX	53.150	(17.696)	35.454	37.175	3,24%	3,24%
Ninho da Águia	29.297	(21.513)	7.784	9.341	5,31%	5,31%
Padra Cheirosa I	25.945	(9.385)	16.560	17.811	4,82%	4,82%
Padra Cheirosa II	31.050	(8.442)	22.608	23.734	3,63%	3,63%
Padra Preta	53.390	(17.615)	35.775	37.414	3,07%	3,07%
Plano Alto	127.249	(81.298)	45.951	52.010	4,76%	4,76%
Rosa dos Ventos	66.607	(40.024)	26.583	31.407	5,54%	5,54%
Salto Góes	55.442	(24.214)	31.228	33.232	3,61%	3,61%
Santa Clara I	5.229	(1.976)	3.253	3.411	3,02%	3,02%
Santa Clara II	5.229	(1.971)	3.259	3.416	3,02%	3,02%
Santa Clara III	5.229	(1.976)	3.254	3.411	3,02%	3,02%
Santa Clara IV	5.229	(1.976)	3.254	3.411	3,02%	3,02%
Santa Clara V	5.229	(1.961)	3.268	3.425	3,00%	3,00%
Santa Clara VI	5.229	(1.976)	3.254	3.411	3,02%	3,02%
Santa Luzia	88.167	(36.973)	51.194	54.038	3,23%	3,23%
Santa Mônica	5.963	(1.763)	4.199	4.418	3,66%	3,66%
Santa Ursula	5.963	(1.763)	4.199	4.418	3,66%	3,66%
Santo Dimas	5.963	(1.769)	4.194	4.413	3,67%	3,67%
São Benedito	5.963	(1.782)	4.181	4.400	3,66%	3,66%
São Domingos	5.963	(1.721)	4.242	4.451	3,50%	3,50%
São Gonçalo	32.226	(23.559)	8.667	10.372	5,29%	5,29%
São Martinho	5.963	(1.763)	4.199	4.418	3,66%	3,66%
SILF Cinco	133.134	(56.074)	77.060	57.717	4,86%	4,86%
Vatigra	25.367	(19.361)	6.006	6.407	5,31%	5,31%
Várzea Alegre	21.973	(16.134)	5.838	7.006	5,31%	5,31%
<b>Total</b>	<b>2.247.963</b>	<b>(1.123.313)</b>	<b>1.124.650</b>	<b>1.205.924</b>		

	Consolidado				Taxa de amortização anual	
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
<b>Intangível adquirido já incorporado - recomposto</b>						
Eólica de Icarazinho	353.069	(222.618)	130.451	147.466	4,82%	4,82%
Eólica de Formosa	227.113	(144.360)	82.754	93.788	4,86%	4,86%
BVP Geradora	760.029	(457.798)	302.231	338.612	4,79%	4,79%
Semesa	426.450	(393.228)	33.221	43.188	2,34%	2,34%
<b>Total</b>	<b>1.766.660</b>	<b>(1.218.003)</b>	<b>548.657</b>	<b>623.055</b>		

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação. 14.2 Teste de redução ao valor recuperável: Anualmente a Administração avalia eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação, em linha com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tal avaliação é baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2024 e 2023 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	<b>Circulante</b>			
Suprimento de energia elétrica	46.260	22.089	81.386	52.234
Encargos de uso da rede elétrica	4.231	3.846	15.443	14.550
Materiais e serviços	43.690	48.281	117.218	165.194
<b>Total</b>	<b>94.181</b>	<b>74.216</b>	<b>214.047</b>	<b>231.978</b>
<b>Não circulante</b>				
Suprimento de energia elétrica	7.791	6.138	20.075	46.322
<b>Total</b>	<b>7.791</b>	<b>6.138</b>	<b>20.075</b>	<b>46.322</b>

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora					
	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos
	31/12/2024					
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
TJLP	222.781	–	(41.710)	16.996	–	(15.546)
IPCA	143.830	60.000	(8.439)	15.581	–	(7.269)
<b>Total ao custo</b>	<b>366.611</b>	<b>60.000</b>	<b>(50.149)</b>	<b>32.577</b>	<b>–</b>	<b>(22.815)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Moeda estrangeira</b>						
Dólar	378.007	–	(338.968)	2.916	21.680	(5.347)
Marcação a mercado	(3.329)	–	–	2.874	–	(455)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>374.678</b>	<b>–</b>	<b>(338.968)</b>	<b>5.790</b>	<b>21.680</b>	<b>(5.347)</b>
<b>Total</b>	<b>741.289</b>	<b>60.000</b>	<b>(389.117)</b>	<b>38.367</b>	<b>21.680</b>	<b>(28.162)</b>
<b>Circulante</b>	<b>379.312</b>					<b>117.784</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>361.977</b>					<b>326.273</b>

Modalidade	Controladora					
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos
	31/12/2023					
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
TJLP	261.904	–	(41.447)	20.755	–	(18.431)
IPCA	60.108	80.000	–	6.973	–	(3.251)
IGP-M	13.252	–	(12.920)	209	–	(541)
Gastos com captação	(35)	–	–	35	–	–
<b>Total ao custo</b>	<b>335.229</b>	<b>80.000</b>	<b>(54.367)</b>	<b>27.972</b>	<b>–</b>	<b>(22.223)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Moeda estrangeira</b>						
Dólar	456.503	–	(48.561)	9.708	(29.371)	(10.272)
Marcação a mercado	(18.732)	–	–	15.403	–	(3.329)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>437.771</b>	<b>–</b>	<b>(48.561)</b>	<b>25.111</b>	<b>(29.371)</b>	<b>(10.272)</b>
<b>Total</b>	<b>773.000</b>	<b>80.000</b>	<b>(102.928)</b>	<b>53.083</b>	<b>(29.371)</b>	<b>(32.495)</b>
<b>Circulante</b>	<b>107.431</b>					<b>379.312</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>665.569</b>					<b>361.977</b>

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos
	31/12/2024					
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
TJLP	334.654	–	(48.736)	26.965	–	(24.484)
IPCA	308.240	60.000	(16.520)	25.489	–	(17.077)
Gastos com captação	(2.975)	–	–	160	–	(2.815)
<b>Total ao custo</b>	<b>639.919</b>	<b>60.000</b>	<b>(65.256)</b>	<b>52.605</b>	<b>–</b>	<b>(41.561)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Moeda estrangeira</b>						
Dólar	378.007	–	(338.968)	2.916	21.680	(5.347)
Marcação a mercado	(3.329)	–	–	2.874	–	(455)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>374.678</b>	<b>–</b>	<b>(338.968)</b>	<b>5.790</b>	<b>21.680</b>	<b>(5.347)</b>
<b>Total</b>	<b>1.014.597</b>	<b>60.000</b>	<b>(404.223)</b>	<b>58.395</b>	<b>21.680</b>	<b>(46.909)</b>
<b>Circulante</b>	<b>394.351</b>					<b>133.727</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>619.646</b>					<b>569.813</b>

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos
	31/12/2023					
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
TJLP	379.363	–	(48.416)	31.562	–	(27.855)
IPCA	234.416	80.000	(8.038)	13.828	–	(11.966)
CDI	55.205	–	(52.800)	1.270	–	(3.675)
IGP-M	13.252	–	(12.920)	209	–	(541)
Gastos com captação	(3.342)	–	–	367	–	(2.975)
<b>Total ao custo</b>	<b>678.894</b>	<b>80.000</b>	<b>(122.174)</b>	<b>47.235</b>	<b>–</b>	<b>(44.037)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Moeda estrangeira</b>						
Dólar	456.503	–	(48.561)	9.708	(29.371)	(10.272)
Marcação a mercado	(18.732)	–	–	15.403	–	(3.329)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>437.771</b>	<b>–</b> </				

→ continuação

**CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	4,49% a.a. (*)	4,45% a.a. (*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima)	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
	<i>Mercer Disability, suavizada</i>	<i>Mercer Dis ab. (-50)</i>
Tábua biométrica de entrada em invalidez	50% Masculina	ExpR_2013 a 2021
Taxa de rotatividade esperada	ExpR_2013 a 2021	ExpR_2013 a 2021

Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Probabilidade de ingresso na aposentadoria

**18.6 Ativos do plano:** As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2025, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2024. A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela VIVEST	
	2024	2023
<b>Renda fixa</b>	86%	85%
Títulos públicos federais	34%	35%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	0%	0%
Outros investimentos de renda fixa	51%	49%
<b>Renda variável</b>	8%	8%
Fundos de investimento em ações	8%	8%
<b>Investimentos estruturados</b>	2%	2%
Fundos imobiliários	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	2%
<b>Cotados em mercado fixo</b>	96%	95%
<b>Imóveis</b>	1%	1%
<b>Operações com participantes</b>	1%	1%
<b>Outros ativos</b>	1%	3%
Depósitos judiciais e outros	1%	3%
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	4%	5%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2025	
	2024	2023
Renda fixa	88,5%	88,5%
Renda variável	0,0%	0,0%
Imóveis	1,1%	1,1%
Empréstimos e financiamentos	1,3%	1,3%
Investimentos estruturados	0,8%	0,8%
Investimentos no exterior	8,4%	8,4%
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

A meta de alocação para 2025 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2024 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2025, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* ("ALM") (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidas na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez destes, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

**17.7 Análise de sensibilidade:** As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetado no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33/IAS 19. Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução) CPFL Renováveis
Taxa de desconto nominal*	- 0,25 p.p. 2.207 + 0,25 p.p. (2.130)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+ 1 ano (2.525) - 1 ano 2.479

\* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,82%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,57% a.a. e 12,07% a.a. \*\* A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000 (-10) para os planos da VIVEST, BREMS sv v.2015 suav. 10% MF (RGE Plano I) e AT 2000 MF (RGE Plano II), BREMS sv v.2015 (CEEPREV) e AT-2000 MF (Plano Único), referente aos planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade. \*\*\* Sem incluir as estimativas para o plano CTR. **18.8 Risco de investimento:** Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Fric, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios). Na VIVEST os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo. Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2024: a) aquisição de títulos públicos na curva; e b) redução na exposição do Segmento de Renda Variável. Na VIVEST, o "Apetite" aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, sendo que referido "Apetite" aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de "tolerâncias" a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência Executiva GRC, área que responde diretamente ao Diretor Presidente da Vivest. A VIVEST e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*"). A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos. As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

**19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>				
IRPJ	96.491	135.339	116.054	159.989
CSLL	30.877	41.651	40.418	52.752
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>127.368</b>	<b>176.990</b>	<b>156.472</b>	<b>212.741</b>
ICMS	-	-	-	2.390
PIS	2.842	3.294	4.622	4.508
COFINS	13.057	15.201	21.287	20.907
Outros	12.739	8.823	15.744	12.222
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>28.638</b>	<b>27.318</b>	<b>41.653</b>	<b>40.027</b>
<b>Total circulante</b>	<b>156.006</b>	<b>204.308</b>	<b>198.125</b>	<b>252.768</b>
<b>Não Circulante</b>				
IRPJ	10.950	4.864	10.949	4.864
CSLL	1.190	882	1.201	893
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>12.140</b>	<b>5.746</b>	<b>12.150</b>	<b>5.757</b>
ICMS a pagar	123	-	989	949
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>123</b>	<b>-</b>	<b>989</b>	<b>949</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>12.262</b>	<b>5.746</b>	<b>13.139</b>	<b>6.706</b>

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.1.

**20. PROVISÕES**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10.048	8.575	51.494	117.497
Provisão socioambiental e desmobilização de ativos	54.225	52.314	164.477	170.761
<b>Total</b>	<b>64.273</b>	<b>60.889</b>	<b>215.971</b>	<b>288.258</b>
<b>Circulante</b>				
Não Circulante	64.273	60.889	203.272	282.152
<b>20.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais</b>				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10.048	8.575	51.494	117.497
Provisão socioambiental e desmobilização de ativos	54.225	52.314	164.477	170.761
<b>Total</b>	<b>64.273</b>	<b>60.889</b>	<b>215.971</b>	<b>288.258</b>

	Pro-visões judiciais	Depósitos judiciais	Pro-visões judiciais	Depósitos judiciais
Trabalhistas	6.937	742	7.068	667
Cíveis	121	-	1.077	-36.767
Fiscais	2.990	2.211	1.400	2.062
<b>Total</b>	<b>10.048</b>	<b>2.953</b>	<b>8.575</b>	<b>2.729</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Controladora				Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	7.850	58	(376)	(867)	403	7.068	353	(524)	(257)
Cíveis	-	107	-	-	107	14	-	-	-
Fiscais	1.516	1.312	(1.520)	-	92	1.400	3.164	(1.455)	(245)
<b>Total</b>	<b>9.366</b>	<b>1.477</b>	<b>(1.896)</b>	<b>(867)</b>	<b>495</b>	<b>8.575</b>	<b>3.531</b>	<b>(1.979)</b>	<b>126</b>

	Controladora				Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	9.457	678	(635)	(1.486)	574	8.388	765	(944)	(408)
Cíveis	136.231	54.052	(33.471)	(55.803)	1.813	105.022	112.270	(76.191)	(112.410)
Fiscais	5.124	2.777	(1.548)	(2.470)	204	4.087	4.982	(2.021)	(922)
<b>Total</b>	<b>152.812</b>	<b>67.507</b>	<b>(35.854)</b>	<b>(69.559)</b>	<b>2.591</b>	<b>117.497</b>	<b>118.017</b>	<b>(79.156)</b>	<b>(113.740)</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

**Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços ("ISS") e cobrança atrevida para emissão/renovação de alvará de funcionamento. **Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estavam assim representadas:

	Consolidado	
	2024	2023
Trabalhistas	6.690	4.151
Cíveis	565.768	444.956
Fiscais	1.135.858	1.049.451
Fiscais - Outros	1.252.295	1.457.149
Regulatório	9.922	8.482
<b>Total</b>	<b>2.965.533</b>	<b>2.964.163</b>

Além dos processos contemplados no quadro acima, o Companhia está inserido em discussões judiciais, classificadas com risco possível de perda, relacionadas a ação ordinária movida pela ABRAGEL (à qual as controladas da CPFL Renováveis são associadas), em face da União Federal, contra a revisão extraordinária de garantia física suspensa por força da portaria MME nº 267/2015 (nota 21) no valor de R\$ 193.505. Em caso de eventuais decisões desfavoráveis nestas ações, os impactos esperados para as controladas da Companhia se darão, nos cenários atuais, por meio de ajustes nos valores liquidados no âmbito da CCEE. **Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificação em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais. Em 2014, as controladas CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buriil e CPFL Renováveis receberam requerimento de arbitragem do Grupo Pedra com pedido de indenização decorrente de alegado descumprimento de obrigação contrato de constituição de consórcio firmado entre as partes. Em março de 2023, foi proferida sentença arbitral final desfavorável às controladas, que as condenou a pagar a indenização requerida pelo Grupo Pedra. Em junho de 2023, as controladas ajuizaram ação anulatória da sentença arbitral final para contestar o valor da indenização, fixado no montante de R\$ 456 milhões (atualizado até 05/23). Em novembro de 2023, foi proferida sentença que julgou procedente a ação para anular a sentença arbitral, em favor das controladas. O Grupo Pedra interpôs apelação. Em setembro de 2024, as partes requereram a suspensão do processo em virtude das tratativas iniciadas pelas partes para encerrar o litígio, o que foi deferido pelo Poder Judiciário. A CPFL e o Grupo Pedra celebraram acordo por fim ao litígio, que prevê, dentre outras obrigações, o encerramento antecipado dos Consórcios Usina da Pedra. Em novembro de 2024, a ANEEL autorizou a transferência das outorgas das usinas termelétricas Bio Pedra, Bio Buriil e Bio Ipê, detidas, respectivamente, pela CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buriil e CPFL Bio Ipê para o Grupo Pedra. Em dezembro de 2024 todas as condições precedentes foram atendidas. Fez parte do acordo, além da finalização da discussão judicial: (i) transferência dos ativos fixos dessas usinas para o Grupo Pedra em R\$136.082; (ii) pagamento em caixa no valor de R\$139.638; (iii) finalização de todos os contratos envolvendo o grupo CPFL (CPFL Bio Buriil, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Brasil). Ainda por conta desse acordo, houve reversão da provisão na controlada CPFL Bio Buriil no montante de R\$75.049. Diante disso, o acordo foi homologado pelo Poder Judiciário em janeiro de 2025 para a transferência das outorgas e encerrar o litígio entre as partes. **Fiscais e Fiscais Outros** - Refere-se a cobrança de tributos, tais como: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL). Em 2020, a companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 373.211 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL dos anos-bases 2007 a 2010. As exigências fiscais em questão dizem respeito a (i) amortização do ágio pago na aquisição da SEMESA; (ii) amortização do ágio de Campos Novos e Barra Grande, na determinação da base de cálculo da CSLL, antes da incorporação dessas empresas; e (iii) compensação indevida dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, em virtude de sua utilização em autuações anteriores. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração referente à cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda do processo como possível. Em junho de 2023, houve decisão parcialmente favorável, culminando na redução de 53% do auto de infração, que representa o montante atualizado de R\$ 206.448 Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL). Em 2016 a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 470.355 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSa Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMTA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirenta de forma reversa, a qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda do processo como possível. A partir de setembro de 2020, em decorrência da integração da CPFL Renováveis, os processos migraram para a CPFL Renováveis. Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS). Refere-se, principalmente, a cobrança da diferença dos valores recolhidos a título de PIS e COFINS, do período de abril de 2007 a dezembro de 2010, no montante atualizado de R\$ 452.269, na qual, a companhia recolheu os tributos nos termos instituídos pela Lei nº 9.718/98 (regime cumulativo) e no entender da fiscalização deveria ter recolhido as alíquotas contribuições nos termos instituídos pelas Leis nº 10.833 e 10.637, em virtude das alterações trazidas pela Instrução Normativa nº 468/2004. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis. **20.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos:** Refere-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas às obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto econômico ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do presente foi 10,54% (9,53% em 31 de dezembro de 2023) para as provisões de desmobilização e 10,62% (9,32% em 31 de dezembro de 2023) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. A movimentação das provisões de desmobilização de ativos e custos socioambientais está demonstrada a seguir:

	Controladora				Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros presente	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros presente	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2024
Desmobilização de ativos	52.314	-	(3.076)	4.988	54.226	52.314	-	(3.076)	4.988	54.226
<b>Total não circulante</b>	<b>52.314</b>	<b>-</b>	<b>(3.076)</b>	<b>4.988</b>	<b>54.226</b>	<b>52.314</b>	<b>-</b>	<b>(3.076)</b>	<b>4.988</b>	<b>54.226</b>
	Controladora		Efeitos da revisão da taxa de juros presente		Ajuste a valor presente		Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2024	
Desmobilização de ativos	44.741	-	3.121	4.451	52.313	44.741	-	3.121	4.451	52.313
<b>Total não circulante</b>	<b>44.741</b>	<b>-</b>	<b>3.121</b>	<b>4.451</b>	<b>52.313</b>	<b>44.741</b>	<b>-</b>	<b>3.121</b>	<b>4.451</b>	<b>52.313</b>
	Controladora		Efeitos da revisão da taxa de juros presente		Ajuste a valor presente		Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2024	
Desmobilização de ativos	155.393	-	(20.047)	14.815	150.161	155.39				

→ continuação

**CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**28. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receltas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	11.848	40.379	78.469	127.539
Atualizações monetárias, cambial, juros e multas	37.945	10.119	72.641	5.768
PIS e COFINS sobre outras receitas financeiras	(2.322)	(2.266)	(3.763)	(2.813)
Outros	140	95	17.343	14.091
<b>Despesas</b>	<b>47.611</b>	<b>48.325</b>	<b>164.670</b>	<b>144.585</b>
Encargos de dívidas	(59.097)	(41.849)	(78.281)	(61.446)
Atualizações monetárias e cambiais	(14.982)	(49.471)	(13.883)	(48.610)
Juros sobre contratos de mútuo	(264.571)	(343.299)	(266.233)	(338.699)
Atualização de débitos fiscais	(1.009)	(490)	(2.375)	(1.123)
Ajuste a valor presente	(4.988)	(4.451)	(15.756)	(13.733)
Comissões, encargos e tarifas bancárias	(1.778)	(1.857)	(5.767)	(5.928)
Outros	(10.775)	(43.008)	(29.843)	(108.343)
<b>Total</b>	<b>(357.200)</b>	<b>(484.425)</b>	<b>(412.138)</b>	<b>(577.882)</b>
	<b>(309.589)</b>	<b>(436.098)</b>	<b>(247.468)</b>	<b>(433.297)</b>

**29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia com 49,15% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladoras: • State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP"); Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A.: Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A. As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Alocação de despesas** - Refere-se a (i) raios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia. **b) Mútuos** - Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a 97,7% do CDI; e (ii) O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.104.917, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1%.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Ativo</b>				
<b>Mútuos com controladas e coligadas</b>				
SPE Bio Alvorada	19.945	22.489		
<b>Total não circulante</b>	<b>19.945</b>	<b>22.489</b>		
<b>Passivo</b>				
<b>Mútuos com controladas e coligadas</b>				
State Grid Power Participações	2.104.917	2.639.042	2.104.917	2.639.042
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis	-	1.345	-	-
SPE Alto Itami	-	1.249	-	-
SPE Plano Alto Energia	-	3.512	-	-
CPFL Comercial Brasil	-	-	-	53.096
CPFL Geração	-	-	7.563	8.178
CPFL Energia S.A	-	-	115.809	-
<b>Total</b>	<b>2.104.917</b>	<b>2.645.148</b>	<b>2.228.289</b>	<b>2.700.316</b>
Total circulante	-	2.645.148	123.372	2.700.316
Total não circulante	2.104.917	-	2.104.917	-

**c) Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Constituinte. **d) Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de renda. **e) Imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia. A Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2024, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 5.753 (R\$ 4.993 em 2023), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência. As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China. **Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:**

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Empresas</b>								
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	3.825	3.456	1.230	850	-	-	32.655	35.420
<b>Adiantamentos</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	14.496	60.565	-	-	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	76.396	81.325	-	-	1.036.640	966.130	-	-
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	11.092	11.355
<b>Imobilizado, materiais e prestação de serviços</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	39.435	1.120	3.006	3.005	-	-	27.196	20.544
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Contratos de mútuo</b>								
State Grid Brazil	-	-	2.104.917	2.639.042	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	123.372	61.274	-	-	2.125	5.502
<b>Outras operações</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	(3)	(46)	-	-

**30. SEGUROS**

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramos da apólice*	2024	2023
Ativo Fixo	Riscos operacionais, lucros cessantes, riscos nomeados, riscos de engenharia e multirrisco	1.676.000	1.659.000
Transporte	Transporte nacional	84.422	84.422
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	150.736	155.674
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	175.831	169.199
Garantia	Seguro garantia	962.653	898.883
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000	150.000
<b>Total</b>		<b>3.199.642</b>	<b>3.117.178</b>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes. Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância assegurada é compartilhada entre as empresas da Companhia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio

**31. GESTÃO DE RISCOS**

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração da CPFL Energia, Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia: • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia; além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e • Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los. **Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:** • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento; • Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reequilíbrio das exposições aos limites de risco aprovados; • Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento de; • Tomar conhecimento; (ii) dos modelos de monitoramento dos riscos; (iii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia) apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. **A Diretoria Executiva cabe:** • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração; a CPFL Energia para deliberação; • Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; • Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; • Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. **A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável por:** • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão de Riscos; • Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas; • Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite; • Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios; • Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reequilíbrio das exposições aos limites aprovados; e • Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios e suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em recebimentos de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que exigem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias. **Risco quanto à escassez de energia hídrica:** Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro. O que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente. A ausência de aderência prévia dos credores para o não atendimento. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxar visivelmente em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

**32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado				
	2024	2023	2024	2023			
<b>Ativo</b>							
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>							
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 2	132.907	132.907	227.864	227.864
Derivativos	6	(a)	Nível 1	14.949	14.949	343.417	343.417
<b>Total</b>		(a)	Nível 2	18.386	18.386	18.386	18.386
				<b>166.242</b>	<b>166.242</b>	<b>589.667</b>	<b>589.667</b>
<b>Passivo</b>							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (***)	16	(b)	Nível 2	386.224	386.224	645.706	648.521
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	17	(b)	Nível 2	57.833	57.833	57.833	57.833
Debêntures - principal e encargos (***)	17	(a)	Nível 2	191.143	191.143	191.143	191.143
Derivativos - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	125.520	125.520	125.520	125.520
<b>Total</b>		(a)	Nível 2	7.695	7.695	7.695	7.695
				<b>768.415</b>	<b>768.415</b>	<b>1.027.898</b>	<b>1.030.712</b>

(\*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo; (\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R\$ 2.874 em 31 de dezembro de 2024 (perda de R\$ 15.403 em 31 de dezembro de 2023); (\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)/IFRS 7. **Categoria/Mensuração:** (a) Valor justo contra o resultado; (b) Mensurados ao custo amortizado. A classificação dos ativos financeiros em custo

amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujo valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são: • Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e, (v) serviços prestados a terceiros. • Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios. Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). **Nível 3:** Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **b) Instrumentos derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituída por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P Moody's ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício de 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado na nota 16 e 17. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, justos, líquidos	Ganho (Perda) na marcação, a mercado	Moeda/ indexador	Moeda/ indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo						
<b>Estratégia</b>								
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>								
<b>Hedge variação cambial</b>								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	18.386	-	18.386	16.806	1.581	US\$ +2,07% CDI + 0,8%	45.689	40.000
<b>Total</b>	<b>18.386</b>	<b>-</b>	<b>18.386</b>	<b>16.806</b>	<b>1.581</b>			
<b>Hedge variação índice de preços</b>								
Debêntures	-	(7.695)	(7.695)	2.126	(9.820)	IPCA+5,81% CDI+0,30%	11.383	132.000
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(7.695)</b>	<b>(7.695)</b>	<b>2.126</b>	<b>(9.820)</b>			
<b>Total</b>	<b>18.386</b>	<b>(7.695)</b>	<b>10.691</b>	<b>18.931</b>	<b>(8.240)</b>			

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15. (1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização. A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária, cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2024
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	(9.352)		10.542	18.931
Marcação a mercado (*)	(4.467)		(3.773)	(8.240)
<b>Total</b>	<b>(13.819)</b>	<b>6.769</b>	<b>17.742</b>	<b>10.691</b>

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária, cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	25.202		(69.892)	(9.352)
Marcação a mercado (*)	(19.249)		14.781	(4.467)
<b>Total</b>	<b>5.953</b>	<b>5.953</b>	<b>(55.111)</b>	<b>(35.338)</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2024 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 3.773 (ganho de R\$ 15.263 em 31 de dezembro de 2023), para as dívidas designadas a valor justo. Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15). A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minim

★ continuação

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Porque é um PAA

#### Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados (Nota 13)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 6.988.320 mil, referente a ativos imobilizados, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. Para esses ativos, a administração avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que eles possam ter sofrido impairment. Havendo indicativo, a Companhia estima o seu valor recuperável. Para o ano de 2024, a administração identificou indicativos relacionados a cenários desfavoráveis para os negócios de algumas Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), o que gerou uma mudança na projeção de geração de caixa destes ativos, estimada em anos anteriores. O valor recuperável dessas UGCs foi calculado com base no valor em uso de cada unidade geradora de caixa, utilizando premissas do orçamento plurianual e informações de mercado disponíveis para a Companhia, não sendo identificadas perdas por impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração nas demonstrações financeiras.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. Efetuamos entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções. Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa para determinadas UGCs com indicativos de impairment, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Efetuamos também análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários, e leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração da Companhia para a determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados,

bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações e dados obtidos.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de

uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campanas, 26 de fevereiro de 2025



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP00016/O-5

**Adriano Formosinho Correia**  
Contador - CRC 1BA029904/O-5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 20/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/20/CPFL1581417620032025.pdf>

Hash: 17424219616edcf1483547450baa1d57e41736973f